

A. L. 4

Nações Unidas satisfeitas com a pacificação do país

— Aldo Ajello falando à Imprensa

27-11-93

O Representante Especial da ONU em Moçambique, Dr. Aldo Ajello, considerou ontem em Maputo que o processo de paz e democratização do país está a conhecer progressos encorajadores e significativos. Aquele diplomata das Nações Unidas mostrou-se particularmente satisfeito pelo facto de o Governo e a Renamo terem chegado finalmente a um entendimento sobre a lei eleitoral.

Aldo Ajello falava na manhã de ontem no habitual encontro com a Comunicação Social, destinado a fazer o ponto da situação sobre o processo de pacificação moçambicano.

Ele disse que as Nações Unidas foram convidadas para dar o seu contributo político e técnico para que o texto eleitoral ficasse definitivamente concluído, «facto que para nós é muito positivo». O Presidente da República, Joaquim Chissano, e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, desbloquearam há dias o impasse na elaboração do futuro código jurídico sobre as eleições, cuja aprovação, pela Assembleia da República, de acordo com o Ministro da Justiça, Ali Dauto, deverá ocorrer em meados de Dezembro próximo.

Em causa estava a questão da

composição do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral, STAE, bem assim das comissões provinciais e distritais de eleições.

Os entendimentos a que chegaram as partes referem que o STAE será dirigido por um director-geral, nomeado pelo Governo e dois vice-presidentes, um indicado pela Renamo e outro pela oposição não armada.

Quanto às comissões provinciais e distritais das eleições, o Presidente Chissano e Afonso Dhlakama acordaram que a presidência dessas comissões caberá ao Executivo e a vice-presidência à Renamo. As Nações Unidas serão representadas nas comissões provinciais das eleições por dois elementos, e a oposição não armada por uma pessoa.

— «Estes entendimentos alcançados pelo Presidente Chissano e Afonso Dhlakama criaram um clima propício para que as eleições ocorram de facto em Outubro de 1994. Não se justifica neste momento que uma das partes apareça agora com novas exigências. A acontecer isso, estará provado que existem interesses obscuros em volta do processo» — comentou um observador momentos após o «briefing» havido no Hotel Rovuma.

O Representante Especial da ONU em Moçambique anunciou igualmente que a aprovação, quinta-feira, pela Comissão de Cessar-Fogo, CCF, do Plano Nacional de Desminagem, constitui também um dado positivo dos progressos por que está a pautar a implementação do Acordo Geral de Paz.

— «A outra boa notícia é o progresso em torno da abertura de novas áreas

ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA

No decurso da habitual conferência de Imprensa das sextas-feiras, Ajello convidou também o chefe do escritório das Nações Unidas para a Coordenação da Assistência Humanitária (UNOHAC), Bernt Bernander, que traçou o actual quadro das operações tanto nas zonas governamentais, como também nos territórios ocupados pela Renamo.

Segundo dados a que o «Notícias» teve acesso, o programa actualizado do Programa de Assistência Humanitária, compreendendo o período de Maio do ano em curso a Abril de 1994, estima que as necessidades prioritárias atingem um montante superior a 600 milhões de dólares americanos.

Refere que deste quantitativo os doadores assumiram apenas compromissos totalizando 559,5 milhões de dólares.

Soubemos ainda que no primeiro ano de implementação do Acordo Geral de Paz, a assistência humanitária «desempenhou um papel primordial, sendo ponta-de-lança na reabertura das áreas da Renamo».

É também referido que tal ajuda facilitou também a entrega de alimentos e de outros suplementos às referidas áreas, para além de ter contribuído para o início de programas de reconstrução e abertura do caminho para o retorno dos deslocados e refugiados moçambicanos.

— (...) A vida está a retornar nas áreas para as quais se dirigem refugiados e deslocados internos, com o Governo, as ONG e as agências da ONU entregando alimentos onde estes forem necessários, distribuindo sementes e utensílios agrícolas para a nova época de plantio, proporcionando serviços básicos de saúde e iniciando a reconstrução de escolas(...) — salientam as informações a que o nosso diário teve acesso.

Entretanto, o representante especial das Nações em Moçambique,